Nas margens da história: notas sobre os trabalhadores tradicionais e a historiografia.

Edgar Ávila Gandra[*]
Marcos Cesar Borges da Silveira[**]

La primera fuente de incertidumbre de la que se debe aprender es que no existe grupo relevante alguno del que sea posible firmar que constituye los agregados sociales, ningun componente establecido que pueda usarse como punto de partida incontrovertible. Muchas investigaciones sociológicas han comenzado por establecer un tipo de agrupamiento - o varios-, antes de disculpar-se profusamente por esta limitación alga arbitraria que se hace necesaria, según se argumenta, por la "obligación de limitar eI alcance de la investigación" o "por el derecho de un científico a definir su objeto". Pero este no es eI tipo de contexto, eI tipo de obligación, el tipo de disculpa, con los que desean comenzar los sociológos de las asociaciones. Su labor no es estabilizar la lista de agrupamientos que componen lo social ya sea para lograr claridad o por conveniencia o para parecer razonable. Por eI contrario, su punto de partida comienza precisamente con las controversias respecto de a qué agrupamiento pertenece cada uno, incluídas por supuesto las controversias entre los científicos sociales respecto de qué está hecho eI mundo social (Latour, 2008, p.49-50).

Esse texto apresenta alguns questionamentos e proposições relativas à escritura de uma história social do trabalho que valoriza as agências dos trabalhadores. Essa proposta inspira-se em estudos reconhecidos tanto no campo da história como da antropologia do trabalho. Autores como Thompson, Bourdieu, Leite Lopes e outros pesquisadores que, desde o final da década de 1970, vem produzindo pesquisas com viés etnográfico, que incorporam de modo ativo as categorias dos próprios trabalhadores na escritura da história, isto ocorre através de um diálogo atento com as fontes orais e escritas. Dessa forma, a principal preocupação desse artigo consiste na análise de possibilidades interpretativas abertas pela utilização da memória reavivada e do cotidiano para a reconstrução de aspectos da cultura e da identidade social de grupos trabalhadores. Logicamente, temos presente que é uma tarefa hercúlea – impossível para um ensaio introdutório como este - esgotar as perspectivas abertas pelo diálogo das categorias supra mencionadas, no entanto, esperamos "lançar luzes" sobre a importância da ampliação desse debate no campo da historiografia. A questão que se coloca aqui e que, não obstante, não pode ser respondida nos limites desse artigo, é: Como escrever uma história do trabalho que não

[*] Professor do Departamento de História e do PPGH UFPEL, Doutor em História UFRGS.

[**] Professor do Departamento de História e do PPGH UFAM, Doutor em História UFRGS.

seqüestre a agência dos trabalhadores desde o inicio, seja em nome de alguma instância econômica, ideologia política ou aspecto cultural?

É notório que a história do trabalho sobrelevava, até a década de 1980, aspectos ditos estruturais, notadamente demográficos e econômicos, e/ou políticos priorizando as relações entre sindicatos e partidos políticos e entre esses e o Estado, em detrimento dos aspectos culturais e sociais da experiência dos trabalhadores. Uma característica dessa produção foi o apriorismo conceitual e temático. Noções pré-definidas, como classe, consciência e alienação, eram articuladas ao exame de instâncias econômicas e segmentos sociais privilegiados do ponto de vista teórico. A partir da década de 1980, os estudos históricos sobre o mundo do trabalho experimentaram relevantes re-leituras em que eram incorporados vários aspectos do "modo de vida" dos trabalhadores - relações domésticas, cotidiano, gênero, processos de trabalho, formas de dominação e resistência, percepções e valorações – originando uma literatura de inspiração etnográfica. Todavia, manteve-se o privilégio daquelas categorias ditas "clássicas", como, por exemplo, portuários, ferroviários e operários fabris em detrimento de grupos de trabalhadores considerados marginais e/ou atrasados do ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo.[1]

Nesse cenário, cabe destacar, alguns coletivos de trabalhadores, pescadores, lavradores e coletores, que por suas peculiaridades históricas e culturais, onde o trabalho, apesar de importante, não define de modo isolado sua identidade, ficaram a margem da historiografia que, até bem pouco tempo atrás, priorizava o operário identificado claramente com a economia moderna. Tal situação, grosso modo, correspondia a uma divisão social do trabalho no âmbito da pesquisa acadêmica, ficando os historiadores com as categorias "clássicas" de trabalhadores e os sociólogos e, principalmente, os antropólogos com os trabalhadores tradicionais, com relações complexas com o "mundo urbano", o "capitalismo", a "sociedade englobante", "sociedade nacional", etc.

Estudos sobre grupos de trabalhadores, rurais e urbanos, desenvolvidos a partir no final da década de 70, por pesquisadores do Museu Nacional contribuíram na superação de alguns desses reducionismos teóricos, ensejando pesquisas atentas às particularidades das formas de dominação e resistência e a pluralidade de identidades sociais presentes nos mundos do trabalho, o que é consoante com a heterogeneidade de um país continental como o Brasil. Trabalhos como o de Moacir Palmeira, Leite Lopes, Lígia Sigaud, sobre trabalhadores rurais,

[1] Para uma abordagem marcadamente com viés econômico-institucional vide, por exemplo, Francisco Weffort, Octávio Ianni, Jacob Gorender, Letícia Canêdo, Antônio Cattani. Em relação a uma perspectiva mais global e não apriorística destaca-se autores como: Jorge Ferreira, Fernando Texeira da Sílva, Maria Célia Paoli, Benito Schmidt e Silvia Petersen.

empregados nos engenhos de açúcar ou em "fábricas do interior", ambientes que mesclam formas de dominação capitalistas híbridas, ou seja, caracterizadas por apresentarem pontes com tradições herdadas do passado, tiveram o mérito de chamar a atenção para as condições de vida, trabalho e luta de coletivos de trabalhadores até então negligenciados pela academia.

Para o debate atual, intramuros, tendo em vista o diagnóstico de "crise"[2] teórica da história do trabalho, em específico, suas categorias fundamentais, classe e trabalho, ganham importância essas etnografias, sobretudo, a forma como o trabalho aparece articulado a outros aspectos da experiência. Interessa aos historiadores a visão mais global e, sobretudo, a sensibilidade para com as categorias dos próprios agentes. Não se trata de apenas somar aspectos da vida cotidiana e da cultura à dimensão do trabalho, mas de apreender as categorias usadas pelos próprios trabalhadores na reconstrução de seu mundo.

É possível que o estreitamento do diálogo entre historiadores e seus colegas cientistas sociais tenha encontrado certa dificuldade devido ao caráter ainda incipiente dos estudos históricos sobre o trabalho em períodos recentes da história. Temas identificados a história contemporânea e, principalmente, do tempo presente, constituíam, até bem pouco tempo atrás, antes dos questionamentos teóricos que tencionaram a historiografia do trabalho, um terreno de caça exclusivo de sociólogos e antropólogos.

Tal situação fica evidente quando se trata de trabalhadores "tradicionais", isto é, indivíduos e grupos humanos em meio a travessias do ambiente rural para o urbano. Tal é o caso de pessoas empregadas em fábricas do interior, geralmente, circunscritas por modalidades "hibridas" de dominação capitalista, do tipo "sistema fábrica-vila operária", "sistema de barracão" ou outras modalidades de dominância em que os patrões acumulam, além do poder econômico, o poder sobre um determinado território e/ou circuito, que engloba e ultrapassa os limites da empresa. Como já foi dito, os historiadores da classe operária, diferentemente dos seus colegas antropólogos e sociólogos, têm priorizado grupos de trabalhadores "modernos" e combativos em contraponto aos segmentos mais "atrasados" do ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo e/ou da organização político-sindical. Por outro lado, aquilo que se poderia atribuir como parte da cultura - valores, tradições, perspectivas, costumes, relações domésticas, étnicas e de gênero, dentre outros - eram, freqüentemente, abstraídas em beneficio de algumas variáveis privilegiadas. As percepções e agências reais de pessoas reais

[2] Para um diagnóstico da crise conceitual da história do trabalho sugere-se a leitura dos artigos de Mike Savage e Neville Kirk no livro "culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado".

eram despachadas como "ilusões", "ideologia" ou "desvios" daquilo que seria uma consciência verdadeira da classe. No lugar da cultura dos coletivos aparecia a metafísica do pesquisador e no lugar do historiador era freqüente a presença do juiz. Ainda que nem sempre de modo explícito, o paradigma da revolução presidia e, no nosso entender, preside boa parte da historia do trabalho. Os poucos estudos sobre grupos de trabalhadores afastados dos grandes centros urbanos, portadores de valores tradicionais e, no mais das vezes, sujeitos a formas de dominação capitalistas particularizadas por apresentar "pontes" com o passado senhorial e escravista, mantinham o paradigma da revolução enquanto grade de leitura. Comportamentos e valores "rebeldes" eram explicados, segundo uma visão etapista e vanguardista, na esteira dos movimentos "pré-políticos" e, portando reduzidos a ensaios das lutas de classes da sociedade moderna, prenhe da revolução social e do socialismo. Nesse ponto, é conveniente lembrar Thompson na sua crítica a essa visão teleológica e pré-conceitual desvinculada da experiência dos atores sociais.[3]

Veja-se que, textos que incorporavam a "cultura" dos trabalhadores tendiam a compor uma visão teoricista á medida que aplicavam "modelos ideais" com escassa pesquisa empírica. Em parte da historiografia voltada sobre o "populismo" a eleição de alguns traços culturais dessa "nova classe operária" egressa do campo, "individualismo", "conservadorismo", ausência de experiência político-sindical e relações pessoalizadas tornavam os trabalhadores incapazes de defenderem seus interesses e vítimas de líderes carismáticos e da propaganda estatal. Subjaz a essas interpretações aquilo que se pode chamar de um paradigma em negativo da revolução do qual às teorias do "colapso do populismo" e do "rebaixamento da classe operária" são bons exemplos. Como a sociedade e os trabalhadores foram incapazes de fazer a revolução e construir o socialismo, iludidos ou traídos pelo populismo, adveio a barbárie da ditadura civil-militar. De qualquer modo, o que se sublinhava era a heterônomia dos trabalhadores, incapazes de controlar seu próprio trabalho, incapazes de participar de forma efetiva da vida política do país, aspecto que já foi refutado. A historiografia mais recente contrapõe essa leitura do papel dos trabalhadores no contexto do trabalhismo com farta documentação e uma guinada interpretativa que valoriza a agência dos trabalhadores, suas escolhas e sua capacidade de conduzir suas próprias vidas, ou seja, estavam longe de ser "massa de manobra" de "líderes carismáticos" com ampla capacidade de "manipulação".[4]

---

[3] Para uma crítica de cunho conceitual vide "A miséria da teoria", do ponto de vista de estudos que incorporam de forma ativa aspectos etnográficos veja-se "A Formação da Classe Operária" e "Senhores e caçadores".

[4] Para uma crítica das "teorias do rebaixamento" da classe operária no trabalhismo veja-se, por exemplo,

A eleição do cotidiano, quando se supera a sua percepção como mera instância reprodutiva, enseja abordagens inovadoras em estudos sobre grupos de trabalhadores. Sem negar a realidade das desigualdades, das hierarquias, das estruturas, é possível repor a problemática dos atores e das agências no centro do debate acadêmico.

No âmbito da história do trabalho, na década de 1980, ganharam visibilidade estudos cuja temática principal incide sobre a "vida de todos os dias". O cotidiano e a cultura dos trabalhadores "clássicos" obtiveram importância na historiográfica mantendo-se, não obstante, a margem os trabalhadores tradicionais. O cotidiano emergiu como tema, permitindo um olhar mais amplo da vida dos atores, mas também como ferramenta analítica com vistas a descobrir possibilidades de resistência, inovação e criatividade dos trabalhadores frente aos seus outros – patrões, governo, lideranças, outras categorias, gênero etc.

Pode-se dizer que, nesse momento, o cotidiano enseja uma abertura da história do trabalho para o momento pós-estruturalista. Acompanhar os atores, seguir seus rastros e, com base nesses registros, reconstruir "mundos de sentido". Nessa démarche cotidiano e cultura, palavras em alta no léxico do historiador, deixam de ser categorias vazias - vazias porque saturadas de significados externos e arbitrários em relação a realidade dos coletivos - aparecendo como termos que facilitam o diálogo do historiador com as suas evidências, croquis de uma cartografia cujo desenho depende muito mais dos rastros deixados pelos atores - de suas controvérsias, disputas e concepções - e menos de enunciados teóricos apriorísticos. Falar em cotidiano e cultura implica, de certo modo, numa certa "economia teórica" que não se justifica por um empirismo escancarado, mas, pelo contrário, reclama uma maior capacidade de abstração, já que se trata, para usar a expressão de Thompson, "de "historizar os conceitos" (1978). Trata-se de valorizar descobertas, construir categorias de analise mais efetivas, porque feitas a partir dos materiais que chegam ao historiador, reconstruir a "metafísica dos atores" em vez de impor pontos de vista externos, geralmente ás custas do silêncio ou mesmo da desclassificação de fontes, memórias e registros que desestabilizem interpretações já entronizadas. Renunciar ao "saber demasiado", isto é, ao saber pretensioso que já contém a verdade do "objeto" desde o inicio. Importa menos a metafísica do pesquisador frente a necessidade e ao desafio de reconstruir as metafísicas dos coletivos humanos cujas travessias e mundos se procura deslindar (Latour, 2008).

Ângela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e Alexandre Fortes.

Acompanhar os trabalhadores na sua labuta cotidiana, nas greves e no sindicato. Cartografar seus vínculos com seus Outros: familiares, amigos, vizinhos, demais trabalhadores, patrões, lideres e quaisquer outros atores que possam aparecer em meio ao emaranhado de conexões que dão vida e sentido ao seu mundo. Estabelecer vínculos, descobrir grupos e identidades, lealdades e oposições, pode ser um bom caminho, um bom roteiro de viagens quando se trata de compor um rol de agências que, percorrendo a subjetividade do trabalhador, favorecem, dificultam ou impedem determinadas agências.

No âmbito dessa discussão pode-se dizer que estudos que marcaram as "guinadas" historiográficas, como os já citados Thompson e Leite Lopes, devem muito de suas inovações ao fato de não seccionar campo-cidade, tradição-modernidade, mas, pelo contrário, buscam apreender particularidades em meio a processos mais globais, ou seja, dando atenção a grupos, práticas e valores locais e tradicionais que aparecem combinadas e/ou coexistindo com atores – mercado, estado, empresas, técnicos e instituições – e estratégias – formas de acumulação, modos de dominância - ligadas a sociedade moderno-capitalista.Frente a essa constatação pode-se propor a ampliação da historiografia do trabalho com vistas a reconhecer a cidadania histórica aos chamados trabalhadores tradicionais – pescadores, coletores, lavradores e outros coletivos. A realização de estudos históricos sobre esses grupos implica num desafio historiográfico á medida que exige a releitura e elaboração de conceitos e metodologias de pesquisa e, nesse sentido, contribuindo para oxigenar o campo da história do trabalho.

Tendo em vista de que, na maioria das vezes, trata-se de atores sobre os quais existe uma escassa documentação escrita, certamente um efeito da sua marginalidade frente ao Estado e ao mercado, a metodologia da história oral aparece como uma ferramenta fundamental na historicização dessas experiências. Tanto mais porque o "material" obtido com as entrevistas pode ensejar todo um repertório de fatos, atores, elos e noções suficientemente ricos para que o historiador do componha narrativas ancoradas nas perspectivas dos atores.

Entende-se a memória como uma chave de leitura na reconstrução do modo de vida dos coletivos humanos, assim, essa aparece enquanto mediação de primeira ordem na elaboração das narrativas históricas. De um ponto de vista histórico interessa inserir as memórias dos atores nos quadros sociais ancorando-as na trajetória dos coletivos. De acordo com Halbwachs (2004), a memória consiste num fenômeno social o que põem em evidência sua natureza coletiva. Enquanto presentificação do passado supõe a existência de uma comunidade afetiva, material ou virtual, que permite ao agente reconstruir suas lembranças sobre um fundamento comum. Termos como "coletivo" e "presentificação" indicam que só temos capacidade de lembrar

quando nos colocamos na perspectiva de um ou mais grupos, situando-nos em uma ou várias correntes do pensamento coletivo. Por outro lado, é importante transbordar os marcos da sociologia francesa clássica, notadamente o privilégio conferido a coesão e ao consenso em detrimento das diferenças e conflitos que envolvem as memórias coletivas. Sobre essa questão Indursky & Campos (2000) destacam a memória enquanto referencial vivo nos processos identitários mediante suas capacidades de filtrar e manter o sentido e modos de atuação. Nesse caso, comportando a lembrança, a redefinição e a transformação, mas também o esquecimento, a ruptura, a negação do vivido e do falado. Leitura semelhante é apresentada por Pollack (1989) quando situa as memórias no âmbito das lutas que atravessam o mundo social, circunscrevendo o que deve ser objeto de rememoração, aquilo que pode ser lembrado, o que é silenciado e, no limite, esquecido. Nesse ponto, não se pode separar a memória das tensões que envolvem a relação capital - trabalho e com o cosmos social que a delimita. Assim, uma das possibilidades interpretativas abertas pelas memórias dos trabalhadores diz respeito à crítica a outras memórias e histórias já estabelecidas. Escrever uma história do trabalho do ponto de vista dos trabalhadores implica numa revisão historiográfica que ultrapassa os limites do debate entre os especialistas da área, mas também enseja repensar marcos, recortes, temas e conceitos que organizam a história.

Um dos pontos fundamentais para o sucesso da história oral dentro e fora do meio acadêmico diz respeito à sua abertura para segmentos sociais marginalizados, agentes "sem voz", "silenciados" pelas estruturas de dominação. O perigo está em degenerar esse uso crítico numa visão heróica que concebe a história oral como uma disciplina capaz de permitir a escrita de "uma outra história" caracterizada pela identificação da fala dos atores subalternos com a verdade histórica. Essa visão ingênua – talvez seja melhor denominar *espontaneísta* – se contenta em ratificar a auto-imagem e as representações dos atores enfocados, com a diferença de que se trata, em geral, da fala dos subalternos e não dos grupos dominantes ou do discurso oficial.[5] Pesquisas com base no contato direto com trabalhadores contemporâneos revelam que a fala dos atores é perpassada por múltiplos condicionantes derivados, dentre outros aspectos, dos processos de diferenciação interna da classe operária, da situação e posição de classe de diferentes grupos, da heterogeneidade das formas de dominação a que estão submetidos os trabalhadores e dos diferentes efeitos de mobilização. Assim, a fala da classe – em oposição à

[5] A idéia da História Oral como uma outra História é tema de um número especial dos *Annales* (1980). Pollak questiona o "missionarismo militante" que caracteriza alguns estudos baseados na História Oral (1987). Na coletânea de artigos *Usos e abusos da História Oral*, organizada por Marieta Ferreira e Janaina Amado, vários textos questionam a visão "populista" em História Oral (1996). Um apanhado desse debate no campo das ciências sociais e da história pode ser encontrado em Weber (1996).

fala dos *outros* – não é constituída apenas de informações que podem ser diretamente apropriadas para fins analíticos, mas também se constitui de representações e ideologias que devem ser incorporadas mediante um exame crítico (Lopes, 1988).

Obviamente esse texto não pretende ser conclusivo sobre assuntos complexos que causam desassossego na historiografia. Por outro lado, procurou-se destacar temas e estratégias de pesquisa que podem abrir veredas históricas promissoras á medida que implicam a acolhida de dúvidas e disputas advindas da trajetória da pesquisa na feitura do texto histórico. Levar a sério o que fazem e pensam os atores implica num aumento das incertezas por parte do pesquisador, tal situação, longe de ser objeto de algum tipo de exorcismo historiográfico, deve ser reconhecida como fecundantes do ponto de vista da permanente reconstrução da história.

Bibliografia

Annales, Économies, Sociétés, Civilisations. Paris. 35 (1). Jan/fev 1980 (parte intitulada "Arquives orales: una autre histoire?").

BATALHA, Cláudio H.M. História do Trabalho: Um olhar sobre os anos 1990. **Revista de História da UNESP**, São Paulo, v.21, p. 73-88, 2002.

_____. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetórias e Tendências. Marcos Freitas (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo, Contexto, 2003. p.145-158.

BARREIRO, José Carlos. A história do trabalho no Brasil e o seu tempo longo: algumas observações. **Revista de História da UNESP**, São Paulo, v.21, p.89-98, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O Desencantamento do Mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo, Perspectiva, 1979.

COSTA, Emilia Viotti. Experiência versus estruturas – novas tendências na história do trabalho na América Latina – O que ganhamos? O que perdemos? **Revista História Unisinos**, São Leopoldo, número especial, p.17-51, 2001.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. De bairros operários sobre cemitérios de escravos. Um estudo de construção social de identidade. Cultura e Identidade Operária. In: José Sérgio Leite Lopes (Org.). **Cultura e Identidade Operária.** Rio de Janeiro, Editora da UFRJ – Museu Nacional/Marco Zero/PROED, p.37-52, 1987.

FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaina. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro. FGV, 1996.

FRENCH, John. A história latino-americana do trabalho hoje: uma reflexão autocrítica. **Revista História da Unisinos**, São Leopoldo, número 6, p.11-28, 2002.

GANDRA, Edgar Ávila. **O Porto dos Direitos: a trajetória do Sindicato nos Serviços Portuários de Porto Alegre no período de 1959 a 1969**. Porto Alegre, Editora Universitária/UFPEL, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, Centauro, 2004.

KIRK, Neville. Cultura: Costume, Comercialização e Classe. Cláudio Batalha, Fernando Teixeira da Silva, Alexandre Fortes (Orgs.). **Culturas de Classe**. Unicamp, Editora da Unicamp, 2004. p. 49-72.

LOPES, José Sergio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo, UNB/Marco Zero, 1988.

_____. (Org). **Cultura e Identidade Operária**. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Marco Zero/PROED, 1987.

_____. **O Vapor do Diabo. O trabalho dos operários do Açúcar**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

PALMEIRA, Moacir. Casa e Trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. **Contraponto**, ano II, Rio de Janeiro, Centro Noel Nutels, 1977.

PAÓLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: José Leite Lopes (Org.). **Cultura e Identidade Operária.** Editora da UFRJ – Museu Nacional/Marco Zero/PROED, Rio de Janeiro, 1987. p.53-102.

PETERSEN, Silvia Regina F. "Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira". Anos 90: **Revista do Programa de Pós-Graduação em História**. UFRGS, Porto Alegre, número 3, p.129-154,1995.

POLLAK, Michael. Memória Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1992.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: Marieta M. Ferreira e Janaína Amado (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**.Rio de Janeiro: FGV, 2001. p.93-102,

SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. Culturas de Classe. In: Cláudio Batalha, Fernando Teixeira da Silva, Alexandre Fortes (Orgs.). **Culturas de Classe**. Unicamp, Editora da Unicamp, 2004. p.25-48.

SIGAUD, Ligia. **Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açucar de Pernambuco**. São Paulo, Duas Cidades, 1979.

_____. Trabalho assalariado e trabalho familiar no Nordeste. **Anuário Antropológico**, 79, Rio de Janeiro, tempo Brasileiro, 1982.

SILVA, Fernando Teixeira. Valentia e Cultura do Trabalho na Estiva de Santos. In: Cláudio Batalha, Fernando Teixeira da Silva, Alexandre Fortes (Orgs.). **Culturas de Classe**. Unicamp, Editora da Unicamp, 2004. p.205-248.

SILVEIRA, Marcos César Borges da. **Herdeiros de Sísifo. Trabalho e trabalhadores no norte do antigo Goiás (1960 – 1975)**. Porto Alegre: Editora Universitária/UFPEL, 2009.

THOMPSON. E.P. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

_____. **Tradiccíon Revuelta y Consciencia de Classe**. Barcelona, critica, 1984.

_____. **Senhores e Caçadores**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

WEBER, Regina. **Os Operários e a Colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil**.

UNIJUI: Editora Ijuí, 2002.

_____. **Considerações sobre a cultura operária**. Humanas. Londrina: Ed. UEL, 1999.

_____. Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em História Oral e Ciências Sociais. **DADOS**, Rio de Janeiro, 1996.